



Revista Educação e (Trans)formação Journal Education and (Trans)formation

Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns

(RE)PENSANDO (CON)TEXTOS ATRAVÉS DE DIÁLOGOS FEMINISTAS COM CRIANÇAS NA BIBLIOTECA POPULAR DO COQUE (RECIFE-PE)¹

Priscylla Karollyne Gomes Dias

Universidade Federal de Pernambuco

priscylla.karollyne@hotmail.com

Suzana Pereira Temudo

Universidade Federal de Pernambuco

suzanatemudo@hotmail.com

Resumo: Este artigo é decorrente de uma experiência de mediação de leitura de um livro infantojuvenil criado por nós no âmbito de um projeto extensionista coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL-UFPE). O objetivo do artigo é refletir sobre os sentidos que as crianças criaram em torno do papel político da mulher. Para tanto, mobilizamos a discussão teórica sobre os aspectos de práticas educativas perpassadas por perspectivas descoloniais, sugerindo o texto literário enquanto potência de criação para ressignificação de contextos sociais e culturais nos quais as crianças vivem. As considerações deste trabalho apontam para a compreensão de que o encontro que o texto literário promove com o seu destinatário, condiz com as nossas percepções em torno de quem é o sujeito da relação literária. Nesse caso em específico, as crianças. Crianças que pertencem a uma dada realidade ressignificam os seus sentidos de mundo quando no âmbito da elaboração do compartilhamento de experiências frente aos sentidos que o livro “A Carta de Gloria”, criado por nós, provoca.

Palavras-chave: Diálogos feministas. Biblioteca Popular do Coque. Livro infantojuvenil. Feminismo interseccional e descolonial.

¹Artigo decorrente da experiência no projeto de extensão “Diálogos feministas, interseccionais e decoloniais com a literatura infantojuvenil” do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL-UFPE), que teve o financiamento da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Parte deste trabalho foi apresentado na Semana Pedagógica do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2019.

(RE) THINKING (CON) TEXTS THROUGH FEMINIST DIALOGUES WITH CHILDREN IN THE POPULAR LIBRARY OF COQUE (RECIFE-PE)

Abstract: This article is the result of a reading mediation experience of a children's book created by us as part of an extension project coordinated by the Group of Studies and Research on Power, Culture and Collective Practices (GEPOL-UFPE). The purpose of the article is to reflect on the senses that children have created around the political role of women. In order to do so, we mobilize the theoretical discussion about the aspects of educational practices permeated by decolonial perspectives, suggesting the literary text as a creative power for the re-signification of the social and cultural contexts in which the children live. The considerations of this work point to the understanding that the encounter that the literary text promotes with its recipient, is consistent with our perceptions about who is the subject of the literary relationship. In that specific case, children. Children who belong to a given reality re-signify their sense of world when in the context of the elaboration of sharing experiences before the senses that the book "The Letter of Glory", created by us, provokes.

Keywords: Feminist dialogues. Popular Library of Coke. Children's book. Intersectional and decolonial feminism.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos cresce de maneira considerável o número de pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento, inseridos/as no debate em torno das teorias pós-coloniais e descoloniais. O aumento do interesse pelo tema se justifica pela ordem do conflito na qual mergulha a sociedade contemporânea, tornando impossível negar, ou até mesmo relativizar, a discriminação, a marginalização, e a exclusão que o discurso colonial historicamente tem produzido sobre as populações negra, indígena, quilombola, camponesa, dentre outras. O discurso colonial açoita de forma violenta o cotidiano social.

Os processos de exclusão social nos quais os grupos pertencentes a tais populações estão submetidos se constituem não apenas enquanto problemas de caráter ético e político, mas implicam problemas que se relacionam com o campo da educação, perpassando práticas educativas, sejam elas atuantes em instituições escolares, ou não. As práticas educativas estão presentes no âmbito do cotidiano, já que a educação não se faz apenas em ambientes escolares institucionalizados (BRANDÃO, 2007; LIBÂNEO, 2005), mas sim promovem a insurgência de sentidos que também educam, formam, constituem subjetividades, em alicerce com significados mobilizados enquanto reconfiguração da realidade.

É no contexto da realidade, em contextos identitários, que as práticas de colonialidade podem ser fortalecidas, ou não. Os discursos, agenciados por tais práticas, rejeitam ou possibilitam racionalidades criativas no contexto de elaboração simbólica. As teorias pós-coloniais e descoloniais tentam fraturar os discursos hegemônicos, considerados “universais” e “verdadeiros”, atuantes ao longo da história na produção de hierarquias e de conhecimentos (MIGNOLO, 2014). Sendo assim, são criados os saberes ditos superiores, de sujeitos ditos superiores (branco, masculino, de religião cristã, urbano, heterossexual, por exemplo) e saberes ditos inferiores, de sujeitos ditos inferiores (negras, mulheres, camponesas, por exemplo).

Lugares e espaços são criados em orientação de racionalidades territorializadas que se legitimam ao mesmo tempo em que são também legitimadas por relações sociais desiguais, constituídas por práticas culturais assimétricas. As relações sociais, perpassadas por práticas educativas, criam currículos. E é no currículo institucionalizado que a colonialidade se mantém viva, atuando na tentativa de subalternização e de controle de corpos, validando caracteres e perpetuando a hierarquização entre lugares, sujeitos e saberes sociais e culturais (SILVA, 2015).

Considerando que foi o europeu que construiu a figura do outro, o outro entendido como bárbaro, selvagem, não-civilizado, primitivo, inumano, é possível ver a materialização dessa relação colonizada nas práticas de identificação que emergem das configurações sociais e culturais. Tais configurações atuam na promoção de uma composição curricular, tanto escolarizada, em decorrência de práticas educacionais, quanto não escolarizada, admitindo sentidos discursivos no contexto das relações sociais. Desta forma, não consideramos a inclusão do “índio permitido” e do “negro permitido” (CUSICANQUI, 2010), institucionalizados pelo Estado, em que se legitima uma dita maneira correta de decolonização, como um favorecimento das políticas de combate racista e de desigualdade social, por exemplo. Pelo contrário.

Em um gesto de reflexão com Foucault (2014), acreditamos que é necessário ressaltar a importância das políticas públicas na tentativa da promoção de um outro tipo de prática social e cultural, tendo como ponto central de reflexão o seguinte questionamento: o mesmo Estado que promove o índio permitido, o negro permitido, os quilombolas permitidos, é o

mesmo Estado que também permite que esses sujeitos sofram violências que perpassam processos de desumanização, processos de rejeição e de eliminação.

É nesta reflexão que esse artigo tem por objetivo apresentar os sentidos criados por crianças durante uma experiência de mediação de leitura com um livro infantojuvenil, produzido por nós. Tais sentidos estão situados com a proposta de pensar como as crianças significam politicamente o papel das mulheres, considerando a emergência de narrativas significantes e significadas no contexto de atuação e de vivência das mulheres periféricas. Para tanto, mobilizamos enquanto arcabouço conceitual e teórico as contribuições do feminismo de abordagem interseccional e descolonial (LUGONES, 2014).

A relevância desse trabalho condiz com a proposta de abertura da produção literária infantojuvenil para os diálogos feministas como uma forma de fomentar a escrita e a narrativa das histórias de mulheres, cujo papel político se constitui no âmbito das configurações sociais e culturais que perpassam as relações desiguais de gênero (ANZALDÚA, 2000). De igual maneira, perceber como as crianças constituem sentidos em torno da leitura de um livro produzido na perspectiva feminista interseccional e descolonial ressalta a urgência de debater temas caros às relações sociais desiguais de gênero, que se manifestam no dia a dia das relações cotidianas, e que precisam ser problematizados.

DIÁLOGOS FEMINISTAS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A pergunta feita por Spivak (2010) em torno de perceber se o subalterno poderia falar torna possível configurar engendramentos de uma prática discursiva que tem por objetivo o tom de transformação social enquanto potência do ato educativo e criativo. No âmbito da experiência que vivenciamos com a elaboração de um livro infantojuvenil, essa prática discursiva se configura com o que estamos chamando de “diálogos feministas”.

Os diálogos feministas é uma expressão composta por nossa compreensão a partir das contribuições de Gloria Anzaldúa (2000; 2009) sobre a importância e a necessidade de mulheres escreverem sobre si enquanto superação de obstáculos impostos no contexto cultural e social que envolvem as suas existências, tais como a exacerbação de uma sexualidade heteronormativa em detrimento de uma opção sexual não heteronormativa, e a imposição de

condições precárias da jornada de trabalho que não permite mulheres pobres, periféricas, escreverem sobre as suas próprias histórias (ANZALDÚA, 2000).

Para nós, o papel político da mulher emerge enquanto escrita de si, como uma forma de mobilizar os sentidos sobre o mundo que habita, e de experienciar coletivamente o exercício de aproximação entre leitura e escrita. O papel político da mulher também se reverbera no compartilhar de suas narrativas como forma de promover novas configurações de sentido em torno de quem são as mulheres que, muitas vezes, um feminismo específico as tornam invisíveis (ANZALDÚA, 2000). Mulheres chicanas, asiáticas, lésbicas, negras, periféricas, sul-americanas... Como significar discursivamente essas mulheres? Como mobilizar contextos de identificações para com os roteiros das suas vidas?

Entendemos que os diálogos feministas não pautam a homogeneidade que tece o fio discursivo dos sentidos sobre vivências de mulheres, mas sim que conformam diferentes produções de si, enquanto articulação de composição identitária, contextualizada sócio-cultural-historicamente em admissão a um contexto de multiplicidade, diferenciação e articulações possíveis. Tais sentidos, para nós, são possíveis com a constituição e compartilhamento da literatura enquanto potência que possibilita o “vir a ser mais” na realidade em que se vive (PETIT, 2009).

A APOSTA DA CRIAÇÃO DE UM LIVRO LITERÁRIO INFANTOJUVENIL SITUADO NA PERSPECTIVA DESCOLONIAL E INTERSECCIONAL

O término da Segunda Guerra Mundial, na metade do século XX, suscitou o fim do imperialismo europeu e territorializante sobre os continentes asiático e africano. Começava a descolonização do chamado “terceiro mundo”. Com a diluição das fronteiras geográficas e territoriais, um novo mundo emerge, trazendo com ele demandas sociais, até então desconhecidas, de grupos subalternizados que migravam das “periferias” do mundo para o centro do poder. Para que as vozes, os rostos, desses grupos pudessem vir a surgir dos escombros do colonialismo, era necessário romper com o conceito de história única, adotado e disseminado pelo colonizador por uma narrativa hegemônica, e reescrever uma outra história

a partir das perspectivas daqueles sujeitos que vivenciaram durante séculos os processos mais violentos de exclusão.

Na emergência de explicar esse novo mundo surge o pós-colonialismo, uma perspectiva teórico-crítica voltada para a análise dos fenômenos de continuidade/descontinuidade que começavam a emergir, bem como delinear o novo cenário mundial após a “libertação” e “emancipação” das antigas colônias territoriais que se colocavam. A teoria pós-colonial recusa todo tipo de generalizações e de essencialismos, buscando desconstruir e questionar o universalismo europeu e seus discursos hegemônicos que serviram para classificar populações ao redor do mundo, em uma tentativa de impor uma única racionalidade enquanto legítima e produtora de conhecimentos válidos para a humanidade.

O pensamento pós-colonial começa a ganhar força como movimento epistêmico, intelectual e político (BALLESTRIN, 2013) a partir da década de 1970 com a criação do grupo asiático de Estudos Subalternos (*Subaltern Studies*), liderado pelo historiador Ranajit Guha. Participavam do grupo, outros intelectuais indianos como: Shahid Amin, Partha Chatterjee e Dipesh Chakrabarty. Vinculado ao pensamento marxista, o grupo só começa a desenvolver suas pesquisas a partir da década 1980. Segundo Edward Said (2001), a meta do grupo era nada menos que “uma revolução na historiografia indiana, seu objetivo imediato era o de resgatar a história indiana do domínio da elite nacional e restituir o importante papel das massas pobres da cidade e dos campos” (SAID, 2001, p. 464).

Ainda na década de 1980 o grupo passa a ser conhecido também fora do circuito asiático. As primeiras reflexões sobre os estudos pós-coloniais no Norte do globo surgem com os Estudos Culturais (*Cultural Studies*) do Centro de Estudos Contemporâneo na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Logo depois, ocorre a sua difusão para outras áreas do conhecimento e de universidades inglesas e americanas, através dos intelectuais da dita “segunda fase” ou “fase contemporânea” que deram notoriedade aos estudos pós-coloniais (nomes como Homi K. Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak).

No âmbito da América Latina, é criado na década de 1990 um grupo de intelectuais latinos, que residiam nos Estados Unidos: o grupo latino-americano de Estudos Subalternos. Inspirados no grupo asiático, esse grupo insurgente pretendia organizar um debate em torno

da historiografia da América Latina a partir das perspectivas teóricas dos europeus pós-estruturalista Jacques Derrida (1930-2004) e Michel Foucault (1926-1984) que influenciaram os estudos asiáticos. Por não concordar com tal abordagem, que chamou de “imperialista”, um dos principais teóricos do grupo, o semiólogo argentino Walter Mignolo, fez duras críticas afirmando que os estudos culturais pós-coloniais e subalternos não conseguiram romper com o eurocentrismo (BALLESTRIN, 2013).

Mesmo considerando as críticas de Walter Mignolo em relação aos estudos da corrente teórica reconhecida nominalmente enquanto “descolonialismo”, também admitida como “pós-colonialismo”, entendemos que no âmbito do pensamento de uma sociedade capitalista moderna, em que se objetiva a inclusão dos “outros povos”, negras, negros, indígenas, quilombolas... para o controle e harmonia das oposições e das diferenças (WALSH, 2005), é preciso utilizar as contribuições dos estudos descoloniais para compreender a admissão possível de reverberações discursivas, nas quais os sentidos mobilizados pelos sujeitos frente a uma prática de significação perpassam, e são perpassados pela construção de significados em torno do que são as relações sociais e as práticas culturais.

Destarte, concordamos com Homi Bhabha (1999) quando define que a crítica pós-colonial se insere em uma perspectiva teórica emergente do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul, formulando revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política.

A proposta de criação de um livro literário infantojuvenil faz parte do projeto de extensão “Diálogos feministas, interseccionais e decoloniais com a literatura infantojuvenil” do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL-UFPE), idealizado e colocado em prática entre os anos de 2018 e 2019. Este projeto é financiado pela Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), e tem dentre as suas finalidades a criação de um material que possa ser utilizado por formadores populares no contexto de bibliotecas comunitárias, em que a nossa participação foi de caráter voluntário.

A utilização do nosso livro, titulado por “A Carta de Gloria”, nas rodas de mediação de leitura foi realizada na Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE). A mediação de leitura foi

realizada pelo mediador de leitura da biblioteca, sendo a nossa participação enquanto forma de dialogar com as crianças, bem como de identificar possíveis ajustes na reelaboração da narrativa e da composição do livro, a fim introduzir para esse público infantil uma literatura que promova a percepção do papel político da mulher, como formar de refletir as relações de poder que perpassam as questões de gênero na contemporaneidade. Participaram dessa experiência com o livro crianças com faixa etária entre 8 e 10 anos de idade.

A matriz colonial de poder atua no conhecimento e nas subjetividades (MIGNOLO, 2014). Sendo assim, é necessário tornar possível a emergência de outros sujeitos e suas múltiplas epistemias. É preciso suscitar o jogo da descolonialidade em marcha (MIGNOLO, 2005). Desta forma, na perspectiva de feminismo interseccional, na qual nos situamos, entendemos que as categorias de raça e de gênero são entrelaçados indissolúvelmente (LUGONES, 2014).

Se Spivak (2010) afirma que a mulher subalterna está localizada em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero, e conclui que “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p.14-15), pensamos que a produção de um livro literário infantojuvenil que apreenda aspectos do debate em torno das relações desiguais de gênero consegue mobilizar significados já institucionalizados e cristalizados no âmbito das relações sociais que, por sua vez, configuram relações de poder.

O QUE DISSERAM AS CRIANÇAS NA MEDIAÇÃO DE LEITURA COM O LIVRO?

Antes, durante e após a leitura do livro, tanto o mediador de leitura da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE), quanto nós, autoras do livro, abordamos alguns aspectos relacionados à vida de Gloria Anzaldúa (1942-2004). Desta forma, o livro que titulamos por “A Carta de Gloria” assume o caráter de inspiração biográfica de Gloria Anzaldúa, que assumia identidade lésbica, feminista, chicana, mestiça, e fronteira etc e deixava rastros dessa identidade não somente no contexto social e político que vivenciou, no âmbito de suas

experiências pessoais, como também na sua escrita híbrida, mesclando a linguagem escrita entre o espanhol e o inglês.

A narrativa e a edição de “A Carta de Gloria” foram elaboradas por nós, autoras do presente trabalho, em inspiração ao ensaio teórico de Anzaldúa (2000), publicado no Brasil em formato de artigo sob o título *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. O livro contextualiza uma situação de aula em que a personagem-professora, de nome Cláudia, conversa com a personagem-estudante Ana a respeito da temática da presente aula.

No livro “A Carta de Gloria” sugerimos uma narrativa que apresenta o significado de “ser feminista” relacionado com a defesa de que mulheres possam ser felizes, trabalhar, estudar, ter rosto e voz, e que precisam também estarem na história, dizendo como vivem, o que desejam... ter os seus direitos sociais garantidos. Essa defesa emerge através da fala da personagem-estudante Ana, em interação com a personagem-professora Cláudia.

Em decorrência ao fragmento descrito acima, há o diálogo entre a personagem-estudante (Ana) e a personagem-professora (Cláudia) sobre quem foi Gloria Anzaldúa (1942-2004), uma escritora feminista. Nesse momento da narrativa, o mediador de leitura da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE) realiza uma pausa para perguntar às crianças se elas sabem o que significa “ser feminista”. As crianças comentam²: “são mulheres que lutam contra os homens porque os homens querem matar elas” (CAROL, 9 anos³); “mas as mulheres não podem lutar contra os homens, porque eles são fortes...” (THIAGO, 10 anos); “...pode sim, porque elas são fortes também e os homens querem matar elas, e não podem...” (MARIA, 10 anos).

O mediador da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE) questiona se as crianças conhecem alguma mulher forte em suas famílias, e elas respondem: “sim... minha madrinha...” (THIAGO, 10 anos); “eu conheço... minha mãe” (PAULA, 10 anos); “minha mãe também” (CAROL, 9 anos). E quando questionadas de por que elas, as crianças, acreditam que tais mulheres são fortes, e as crianças significam: “porque minha mãe acorda cedo todos os dias, vai trabalhar... e chega muito cansada de noite... passa o dia todo fora...” (PAULA, 10

2 Os fragmentos das falas das crianças foram transcritos com base nas suas pronúncias de oralidade.

3 Os nomes das crianças mencionados nesse texto são fictícios.

anos); “...minha mãe também...” (CAROL, 9 anos); “...a minha... passa o dia todo fora...” (THIAGO, 10 anos).

De acordo com Petit (2009), as relações de leitura com a vida social e cultural podem se constituir como experiências educativas em gesto de reflexão sobre a própria vida, suscitando a elaboração de sentidos. Entendemos que os encontros possibilitados com a leitura de um texto literário mobilizam sentidos sobre quem somos e quem poderíamos ser, apresentando possibilidades de escrita sobre nós mesmas e sobre os outros, *as outras*, capacitando as nossas visões de mundo.

Spivak (2010) possibilita que identifiquemos o sujeito colonizado enquanto aquele indivíduo que vivencia processos de exclusão. Entretanto, a autora admite que “o intelectual pode trabalhar contra a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (SPIVAK, 2010, p.14). Essa compreensão da autora se coaduna com a nossa reflexão em torno da elaboração do livro infantojuvenil “A Carta de Gloria”.

Na recepção de um texto literário, os sujeitos destinatários, nesse caso, as crianças, elaboram sentidos vinculados às suas visões de mundo e às suas condições de (des)pertencimentos da realidade, pois é próprio do texto literário mobilizar sentidos de interlocução entre sujeitos de uma dada estrutura da realidade e sujeitos ficcionais, constituídos pela própria linguagem literária (PAULINO; WALTY, 2005).

Spivak (2010) questiona a impossibilidade do subalterno falar, apontando seu silenciamento nas narrativas históricas hegemônicas. O subalterno não pode falar porque não se encontra em posição discursiva (lócus de enunciação) que lhe garante o direito à fala. A autora também faz uma crítica ao papel dos intelectuais, afirmando que esses também não podem falar pelo subalterno. Neste sentido, refletindo com Foucault (2017), consideramos que a teoria é como uma prática de luta pelo poder, não uma luta regional, mas uma luta de poder pelo próprio poder.

Reiteramos que é preciso potencializar espaços para que se possam materializar sentidos criativos e culturais que têm por objetivo ressignificar contextos e práticas que encontram na composição hegemônica de discursos violentos, a tentativa de silenciamento, desregrada enquanto mantimento de soluções pouco eficazes no contexto de erradicação das

desigualdades de gênero. Na sociedade contemporânea, em que as experiências estão sendo cada vez engendradas em uma formação discursiva pautada como movimento de integração de diferentes práticas educativas, pensar uma (re)configuração de discursos e de sentidos sobre o debate do que é “ser feminista”, do que é “ser uma mulher feminista”, implica na necessidade de entender o agenciamento descolonial como um catalisador de enfrentamentos e de combate em torno da promoção de tentativas que tenham por objetivo romper com uma hegemonia instaurada discursivamente na teia social.

O encontro que o texto literário promove entre autoras (nós) e leitoras (crianças) no âmbito dos diálogos feministas condiz com as nossas percepções sobre o fato de que as crianças que participaram da mediação de leitura com o livro “A Carta de Gloria” pertencem a uma dada realidade social que as possibilitam ressignificar os aspectos temáticos do livro “A Carta de Gloria”. Destarte, um gesto de ressignificação das crianças, condiz em torno das relações de gênero, que, em suas visões, se constituem enquanto desiguais devido ao elemento da “força” física. As mulheres são fracas, ou fortes, e por isso não podem, ou podem, se defender das investidas agressivas de seu companheiro, em uma relação amorosa, por exemplo.

Os diálogos das crianças continuam a partir daí quando, em compartilhamento de experiências sobre o termo “força”, localizam aspectos da vivência e da prática social do cotidiano das mulheres de sua própria família. Neste sentido, as mulheres fortes não mais seriam as mulheres que somente tivessem força física, e que poderiam se defender das investidas agressivas de seu parceiro no relacionamento que quer “matar elas” (CAROL, 9 anos), mas sim mulheres que trabalham o dia todo fora de casa, que sustentam financeiramente a casa, muitas vezes sozinhas.

O QUE REVERBERA A MEDIAÇÃO DE LEITURA? NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

A introdução de uma literatura que aborde as relações desiguais de gênero se torna o próprio instrumento político na medida em que possibilita a abertura do contato das crianças com outros mundos. Mundos que as provocam sair dos lugares comuns que ocupam, e as convidam para o conhecimento de diferentes narrativas, possibilitando um gesto de

rompimento com relações de gênero desiguais. Eclodir com os paradigmas pré-estabelecidos, homogeneizados, da produção literária, implica em promover mudanças nas formas de se relacionar com um texto literário voltado para esse público específico que são as crianças.

No caso de nosso trabalho, os diálogos com as crianças sobre as relações de gênero se constituem no âmbito da leitura com o livro, com os processos culturalmente significados através de enunciações que o texto literário possibilita estabelecer (PETIT, 2009), mas também no contexto de suas vidas e de suas realidades habitadas na infância e que são atravessadas por condições de relações de poder (FOUCAULT, 2014). Consideramos a necessidade de atuar com o pensamento pós-colonial e descolonial como forma de alcançar, de maneira contingencial, o centro discursivo do pensamento em torno da formação de identidades que permeia a disputa política (LACLAU; MOUFFE, 2015)

Os sentidos em torno do papel político das mulheres nas relações de gênero foram criados pelas crianças através de um diálogo que se inicia com o significado da compreensão sobre quem é feminista, o que é “ser uma mulher feminista”, perpassando um gesto de leitura literária em termos de (re)conhecimento das mulheres presentes em suas próprias realidades. Esse movimento surgiu durante a provocação do mediador de leitura da Biblioteca Popular do Coque (Recife-PE) em torno do que as crianças pensam e sabem quem são as feministas.

As mulheres feministas foram prontamente reconhecidas pelas crianças como aquelas mulheres que fazem parte de seus cotidianos. Não somente a heroína do filme hollywoodiano, ou a moça da televisão que aparece segurando o cartaz em ato de manifestação de rua. Mas também a mãe, a madrinha, a tia, mulheres que passam o dia todo fora de casa, mulheres que trabalham para sustentar financeiramente o lar. O papel político das mulheres se constitui através da identificação de mulheres fortes. Mulheres feministas fortes.

Acreditamos na ampliação do debate e na permanência do uso, com atenção, de contribuições teóricas, que ora se aproximam e ora se distanciam, para pensar novas práticas de articulação para o alcance de pautas culturais instauradoras de diferenças que possibilitem fazer frente a uma luta contrária às situações de desigualdades de gênero, que ainda se fazem culturalmente enraizadas na sociedade através de expressivos demarcadores de diferenças sociais.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 4 mar. 2019
- ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 39, 2009, p. 303-318. Disponível em www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/traducao.pdf. Acesso em: 4 mar. 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. (2013) América Latina e o Giro **Decolonial**. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 11, maio/ago. 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf. Acesso em: 29 mai. 2019.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007 - (Coleção primeiros passos).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Petrópolis, Editora Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática e radical**. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Editora Intermeios; Brasília: CNPQ, 2015. (Coleção Contrassensos).
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, pra quê?** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais - Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 71-103.
- PAULINO, Graça.; WALTY, Ivete. Leitura literária – enunciação e encenação. In: MARI, H.; WALTY, I.; VERSIANI, Z. **Ensaio sobre leitura**. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2005, p. 138-154.

PETIT, Michele. **A arte de ler – ou como resistir à adversidade**. Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2009.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Janssen Felipe da. Sentidos de avaliação da educação e no ensino e no currículo na educação básica através dos estudos pós-coloniais latinoamericanos. **Revista ESPAÇO DO CURRÍCULO**, v.8, n.1, p.49-64, Janeiro a Abril de 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 06 jul. 2017

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Introducion - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, Gayatri Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: Reflexiones latinoamericanas**. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005, p. 13-35